

DO DIALOGISMO À FORMA DIALOGADA
Sobre os fundamentos da abordagem pragmática
Francis Jacques (Univ. de Rennes)
(Tradução de Lígia Fonseca Ferreira)

Partamos de uma constatação paradoxal. Os filósofos em sua maioria fixaram para o diálogo condições de possibilidades não-dialógicas: a reminiscência, ou seja, um saber que é lembrança (Platão), a comum participação na razão (Descartes), a harmonia pré-estabelecida entre as mônadas (Leibniz), uma estrutura categorial trans-subjetiva (Kant, Husserl). Outro paradoxo: até agora ninguém havia se apercebido disso. Tanto mais que no firmamento monádico, com premissas ontológicas ou egológicas, finalmente era a incomunicabilidade quem, de direito, vinha em primeiro lugar, e sua transgressão era milagre e maravilha. Podemos pensar na maneira simples, não crítica, pela qual se define habitualmente o diálogo (mesmo sendo uma maneira edificante, não muda nada): como a produção de dois discursos paralelos cujos segmentos são proferidos um por vez por interlocutores supostamente já constituídos. Ou ainda, faz-se do diálogo um discurso que pregride, rapidamente, pelo vai-e-vem de seqüências alternativamente emitidas pelos parceiros. No melhor caso, acrescenta-se a exigência de uma escuta graciosa de um pelo outro, a obrigação meritória de não se apropriar da fala, mas de cedê-la um a cada vez.

Entretanto, está claro que uma concepção do discurso permanece não-dialógica enquanto as frases continuarem a ser tidas como resultados da atividade simbólica de um locutor individual. Que ele o faça alternadamente após ter escutado o outro, não muda nada. Uma tal prática é a de um diálogo em estado de natureza, ou melhor, em estado selvagem, cada um tendo um "direito de resposta" mais ou menos vociferante. É sempre a ele que cabe articular sua intenção de sentido num sistema de diferenças, e sua própria relação com o mundo num sistema de signos e de significações. Isso incorre freqüentemente em caracterizar uma enunciação pela tríade de uma frase, um contexto e um locutor. É, no entanto, impossível reunir dois solilóquios em um diálogo, assim como não se poderia fraturar em duas metades de sentido uma fala apropriadamente dirigida e recebida. É forçoso introduzir a relação interlocutiva enquanto geradora de um processo de interação efetivamente comunicativa, isto é, de um movimento resolutório de dupla codificação e dupla contextualização. Repetindo: não basta afirmar que o discurso é dirigido a alguém. Esta trivialidade não leva a nada. Deve-se chegar à concepção do ouvinte como verdadeiro co-enunciador. Entretanto, quando se menciona o ouvinte,

é em geral para concebê-lo como aquele que tem a função de reatualizar por sua própria conta e em seu contexto próprio a intenção de sentido do sujeito falante. Quanto a este, continua a ser responsável pelo puro poder de conferir significações, conforme o cogito. A maioria das tentativas de escapar a este esquema ortodoxo - no qual se reconhecerá o modelo clássico da comunicação de Jakobson e Chomsky, e até mesmo Grice - foram incoativas (Merleau-Ponty) ou, pelo menos, parciais. Todas insuficientemente radicais e de uma imprecisão técnica que, a meu ver, a teoria linguística não pode mais admitir.

No melhor dos casos, houve esforços para se descobrir a fala do outro no meu próprio discurso, seja quando descrevo suas palavras, seja quando faço falar o outro, seja quando faço alusão ao ato ilocucional que sua enunciação desejava realizar¹. E quando se toma o risco de afirmar por princípio que a relação com o outro é um a priori da situação de fala, evita-se tirar disso consequências decisivas sobre a natureza do sentido e da referência do discurso, assim como sobre a estrutura de competência do sujeito falante.

Assim, o dialogismo do discurso deve ser diferenciado do diálogo. Um não poderia pressupor o outro. Não faltam discursos que têm uma estrutura dialógica sem ter a forma retórica de um diálogo. Inversamente, não faltam diálogos falsos. Desta forma, o diálogo platônico por exemplo é grandemente monológico, visto que o senhor das regras do jogo, Sócrates ou o estrangeiro, a despeito de sua afirmação de douta ignorância, detém supostamente os critérios do verdadeiro.

Estamos separados de tais concepções não-dialógicas do diálogo tanto por Wittgenstein como por Peirce. O primeiro, seguramente, por ter estigmatizado a idéia trivial segundo a qual compreende-se uma proposição se e somente se se chega de modo indireto ao conteúdo mental de uma outra mente. Sempre a velha hipótese: fala e pensamento seriam dois - um, performance privada e latente; a outra, performance pública e patente. Mas o receptor pode sempre decodificar a mensagem codificada pelo emissor, segundo uma codificação uniforme. Como se o código, e de resto o contexto, fossem únicos. Como se a fala fosse produzida como um instrumento a serviço de meu pensamento ativo, segunda em relação a ele, e não constituísse diretamente minha prática, minha operação². Quanto a Peirce, deve-se a ele a idéia programática e propriamente genial de que esta operação é, no fundo, dialógica e simbólica.

É preciso, então, dar meia volta. Depois de contestar a definição corrente da enunciação (seção I), será primeiramente questão de se estabelecer e pôr à prova o caráter irreduzível e primitivo da relação interlocutiva (II e III) contra as objeções de princípio ou tentativas de redução (II, III e IV). Examinarei em seguida as dimensões do dialogismo no discurso com base em alguns exemplos: são os conceitos conexos de plurivocidade, bi-contextualização e bi-codificação (V e VI). Restará descrever suas propriedades dinâmicas de convergência (VI). Com este material estaremos perto de derivar a especificidade do diálogo (VII), o qual será então definido a partir do dialogismo do próprio discurso. E de maneira bastante radical, para honrar a

dupla herança de Wittgenstein e Peirce.

I

E. Benveniste dissera com razão que o sujeito não poderia tomar a palavra sem implantar seu interlocutor na qualidade de TU, capaz de, por seu lado, também tomar a palavra. Porém, o mesmo autor que avançou que toda enunciação tem estrutura de diálogo, muito fez para dar credibilidade à tese de que cada locutor no momento de tomar a palavra pode legitimamente considerar a linguagem de seu ponto de vista pessoal. Privilégio de quem fala, o locutor estaria autorizado a se enxergar como o sujeito do dizer, como o centro, a origem ou a fonte de um sistema de coordenadas pragmáticas³. Não basta afirmar que a enunciação tem estrutura de diálogo, se esta observação continua a não incidir sobre o semantismo profundo do enunciado, em particular sobre o mecanismo referencial da frase em situação interlocutiva. Recentemente analisei em detalhe o processo de referência conjunta ou co-referência, que é conduzido no que chamei de diálogo referencial⁴. Além disso, há muito mais a dizer sobre o ato intersubjetivo que está na fonte da instância de discurso, desde que se comece a mostrar este ato em sua natureza relacional e interacional completa.

Segundo esta hipótese, o locutor deixa de estar no centro da enunciação, como aquele que mobiliza o aparelho da língua a serviço (ou em benefício) de seu dizer. A situação típica de enunciação não é mais egocêntrica, mesmo no caso de marcar a função de centro de referência do locutor por meio de termos dêiticos como "eu", "agora", etc. Se o papel do locutor é transferido de um participante a outro ao longo da conversação, levando com ele o centro do sistema de dêixis, não o seria de modo marginal? Para ser aceitável com efeito, isto é, para estar em conformidade com as regras da boa formação enunciativa, cada enunciado deve ser pronunciado no contexto interlocutivo comum.

19) A enunciação não é apenas - como se costuma dizer⁵ - "a atividade lingüística exercida por aquele que fala no momento em que fala". Ela é também a atividade exercida por aquele que escuta, sem prejuízo do fato de que a característica da comunicação verbal é que aquele que fala pode ouvir-se eventualmente a si mesmo pelo ouvido do outro. Em resumo, a enunciação aparecerá como uma atividade conjunta de "colocação em discurso" ('mise en discours') onde o locutor e o alocutário são instâncias em relação atual.

29) Esta "colocação em discurso" implica um compartilhamento do sentido (mise en commun du sens) dos enunciados que é indispensável para estabelecer uma discordância numa discussão ou controvérsia. Particularmente apropriado para designar a atividade efetiva de utilização da língua é o termo 'discurso'. Corresponde ao sentido figurado do baixo latim "discurrere", ou seja, "correr por vários lados". Um discurso implica um percurso que se efetua em situação interlocutiva. Se se acrescentar

que este percurso comporta uma dimensão lógico-argumentativa, concebe-se que a "colocação em discurso" envolve por princípio um quadro dialógico. Littré assinala em primeiro lugar o sentido de "conversa" (entretien) e de "conversação" (conversation). Esta acepção já está presente no latim "sermo" (serere = trançar) assim como no hebraico patal. O verbo patal significa igualmente trançar, entrelaçar. É a raiz do nome de Nephtali. Raquel chama assim ao filho nascido de sua serva: minha luta, meu discurso de defesa, meu entrelaçado agonístico.

39) Mesmo permanecendo distintos, locutor e alocutário estão virtualmente na mesma situação espaço-temporal. O tempo lingüístico emerge em meio à instância do discurso proferido por "eu", mas a temporalidade que ordena o discurso deve ser pelo menos aceitável pelo interlocutor. Da mesma forma, a proximidade relativa do objeto designado, conforme o caso, por "isto" ou "aquilo" não pode ser apreciada apenas em relação ao locutor. É preciso ainda que o objeto pertença a ou possa depender de uma esfera de pertencimento comum. Os empregos mais raros que indicam uma dissociação entre a proximidade referida na esfera do locutor, e a distância referida na esfera do alocutário, introduzem um efeito de sentido diferencial que só se pode interpretar com base em um pertencimento comum⁶.

II

Vou então pôr à prova a seguinte definição: chamemos dialogismo a distribuição efetiva de todo contexto discursivo em pelo menos duas instâncias enunciativas, as quais se encontram em relação interlocutiva atual. Começemos por esta última cláusula.

Sem dúvida, objetar-se-á que a relação interlocutiva não é um dado primitivo. Assim, H.P. Grice propõe uma análise intencional do ato de comunicação lingüística, que faz justamente economia da relação, ou melhor, que a reconstrói. O mecanismo de Grice⁷ apresenta o processo de significação como o processo de um querer dizer retro-referido ao ego enquanto este querer-dizer associa a produção de uma intenção em um e seu reconhecimento em outro.

O autor define a relação de reciprocidade interlocutiva por meio de intenções somente do locutor. Melhor dizendo: por meio de uma intenção de terceira ordem. Tomemos um locutor U. O que U quer dizer é definido do seguinte modo: U quer dizer algo dizendo X se, para um ouvinte A, U profere X com a intenção:

- 1) de que A execute uma resposta particular R
- 2) de que A reconheça que U tem a intenção que (1)
- 3) de que A realize (1) com base na realização de (2).

Verifica-se que, se com Grice entendermos como intenção de primeira ordem uma crença, um desejo ou uma intenção de significar, o fato de um indivíduo S

crer que um indivíduo T deseje que P, constitui uma intenção de segunda ordem. E, por conseguinte, (2) atribui a U não somente uma intenção de segunda ordem. (U tem a intenção de que A reconheça...), mas uma intenção de terceira ordem: U tem a intenção de que A reconheça que U deseja que A produza R.

Grice mostrou que as intenções de segunda ordem não bastam certamente para expressar a reciprocidade. É preciso um encontro, acrescenta ele, entre o locutor e seu ouvinte. Seja. Mas não seria pressupor que a relação está já estabelecida? De qualquer maneira nos perguntamos se a intenção de terceira ordem, que é então invocada, é realmente necessária e suficiente.

Nem um, nem outro. Ela não é suficiente: "A quer que B acredite que C deseja que P" expressa bem uma intenção de terceira ordem, sem traduzir absolutamente uma relação de reciprocidade. É ela necessária, então? Se pergunto ao locutor se ele tinha a intenção de que seu ouvinte reconhecesse sua intenção própria de lhe provocar esta resposta, é bem provável que responderá: não quero nada de tão tortuoso. Nem o locutor nem seu alocutário precisam manter intenções tão complicadas para comunicar-se. Antes das análises de Grice, poucos conceberam este tipo de intenção de terceira ordem. A partir de então, se decididamente não estamos conscientes destas intenções ao falarmos, não há razão nenhuma para afirmar que falamos com estas intenções.

Sem se instalar de vez na relação interlocutiva, que é tão irreduzível do ponto de vista lógico quanto é imediata em nossa experiência, faltar-se-á à descrição da atividade de fala.

No esquema de Grice, a estipulação (3) prevê que o reconhecimento por A da intenção (1) de U funciona pelo menos em parte como razão suficiente para sua resposta R. Em que condições uma razão é tida como suficiente? Para determiná-la, Schiffer introduz um novo elemento que pressupõe a existência de uma relação de mutualidade⁸. U significa P ao produzir X, se U enuncia X com a intenção de realizar assim um certo estado de fato E tal que a realização de E é uma razão suficiente para U e um ouvinte A, que têm o conhecimento mútuo de que E se realiza, e P é uma prova de que U enunciava X com a intenção:

1. de produzir uma resposta R em A,
2. de que o reconhecimento por A da intenção (1) de U funciona como razão suficiente de A para sua resposta R.
3. de realizar E.

Vimos, em várias ocasiões, que não há nada mais comum do que desagregar a relação em imagens suas, em representações, ou em intenções significantes. Ao contrário, seria necessário deixar falar a fala des-amparada no campo das intenções verbais que são o efeito dinâmico da relação interlocutiva. A opção filosófica é bem clara: sou levado a sustentar que as interações e as transações semânticas são o efeito dinâmico da relação e não o contrário. Por razões que são em parte de ordem transcendental, em parte de ordem descritiva, em parte de ordem lógica. Seremos breves quan

to à primeira abordagem: mostrei num trabalho anterior que a análise transcendental das condições de possibilidades do sentido remetem a instâncias enunciativas em relação atual⁹. Além disso, minha certeza central exprimiu-se através de análises concretas: o amor e o olhar, o silêncio e a solidão, o desejo e o amor, a indiscricção e mesmo o segredo - que até agora mereciam um tratamento egológico por parte dos fenomenólogos - podem ser descritos mais adequadamente como fenômenos relacionais¹⁰.

Por outro lado, apresentarei aqui uma argumentação propriamente lógica para sustentar a irredutibilidade da relação interlocutiva.

Os lógicos conhecem bem a impossibilidade de traduzir a relação em termos de propriedades. Apesar do que possa ter pensado Leibniz, se um homem que vive na França tem uma mulher na Índia, e se esta mulher morre sem que ele o saiba, a mudança que o homem sofre no momento desta morte não é intrínseca mas relacional¹¹. A irredutibilidade do ponto de vista lógico sustenta aqui a imediatidade da descrição. Ambas dão ao primado da relação, particularmente da relação interlocutiva, seu alcance fundamental, tornando-a boa candidata para adquirir um alcance fundacional.

III

A existência de uma realidade das relações não é exatamente fato novo na história das idéias. Mas não com tanta evidência. B. Russel não pedia outro título de glória em filosofia a não ser o fato de ter introduzido a consideração dos verbos e das proposições que dizem a relação, ao lado dos nomes e adjetivos que dizem as substâncias e as propriedades.

"Uma tal omissão teve forte influência sobre a filosofia: não é exagero dizer que a maior parte da metafísica desde Spinoza foi principalmente influenciada por este estado de coisas¹²."

Mas não se poderia pensar de outra forma as relações? Adotemos a linguagem intensional e consideremos uma relação de compreensão. Não há meios de reduzi-la a uma propriedade? A bem da verdade, foi o que se veio tentando desde Aristóteles. Coube a B. Russel ter estendido o domínio conceitual até os predicados poliádicos e ter reivindicado sua especificidade. Foi ele quem, junto com C.S. Peirce, inaugurou a reflexão lógica sobre a impossibilidade deste tipo de redução.

Quando se reflete sobre as relações de um ponto de vista lógico, uma primeira opção se impõe: as relações serão tomadas como exteriores a seus termos ou colocadas em pé de igualdade que as propriedades marcando-se sua incompletude interna, sendo que a única diferença é o número de termos. Mas, o que pensar da dependência da categoria de relação face à categoria de propriedade ou de qualidade? Tomemos um exemplo: Se A fala a B, a relação interlocutiva consistiria em reportar a fala ao locutor A. Este último seria o sujeito do dizer, e a fala seria considerada como pertencente

a ele. Outros exemplos, que vamos desenvolver. Seja a relação "A é anterior a B". Se por absurdo se tentasse exprimir a relação de anterioridade de A a B por meio de predicados de A ou B, dir-se-ia, por exemplo, que a data de A é uma propriedade de A, como a data de B é uma propriedade de B. Mas isso de nada serviria porque será preciso chegar ao ponto de dizer que a data de A é anterior à data de B, de modo que não se conseguirá escapar à relação. A ordem na qual os indivíduos A e B aparecem no enunciado "A é anterior a B" não poderia ser absorvida em sua natureza de indivíduos.

Emprestemos de Russel seu exemplo: A ama B. E raciocinemos por nossa conta. Dizer que o amor entre A e B é irreduzível a um estado de ânimo ou a um afeto de A, é dizer que é impossível assimilar a relação R, cujos argumentos são A e B, com algo a que chamaríamos, na ausência de uma palavra melhor, "propriedade relacional de A", neste caso preciso, a propriedade de "ter-amor-por-B". De resto, a língua natural distingue entre "amar" e "estar enamorado por". Esta diferença torna-se manifesta no formalismo do cálculo de predicados. A relação autêntica entre os indivíduos A e B deixa-se transcrever pelo conjunto (i) de fórmulas:

$$(i) \quad (\exists x) (\exists y) (x R y) \\ (\forall x) (\forall y) (x R y \rightarrow y R' x) \\ (\exists x) (\exists y) [x R y \cdot [(\forall z) (\forall t) (z R t) \rightarrow (z = x \cdot t = y)] \cdot (x = A \cdot y = b)]$$

Este sistema exprime que A e B são respectivamente as entidades únicas que estão na relação amar. A primeira fórmula afirma a existência de uma relação no modelo; a segunda lembra que esta, como toda relação, tem necessariamente uma conversa¹³; a terceira fórmula afirma a existência e a unicidade de cada um.

Ao contrário, na hipótese contestada, em que o amor seria um estado de ânimo, "A ama B" seria analisável diferentemente: A é aquele que possui a (pseudo) propriedade relacional de amar-B. Vale dizer que B teria o caráter de imagem ou de representação que sub-tende o estado de espírito em questão. Para marcar que B constitui uma simples imagem (no limite, B não existe), parte integrante do estado de espírito de A, a transcrição dará a fórmula seguinte:

$$(ii) \quad (\exists x) [P_B(x) \cdot (\forall y) (P_B(y) \rightarrow x = y) \cdot (x = A)]$$

O leitor notará que:

- 1) a primeira fórmula do sistema (i) não tem mais equivalentes em (ii). Intuitivamente: não se está mais em presença de dois indivíduos (em relação), mas de um só (com seus estados de ânimos).
- 2) o mesmo vale para a segunda fórmula. Intuitivamente: fica excluído que a imagem B esteja em relação recíproca com A. Além do que, B figura como constante e não como o resultado da instanciação de uma variável em (ii).

3) Enquanto o sistema (i) resulta do cálculo das relações, a fórmula (ii) está ligada ao cálculo das propriedades ou predicados monádicos.

E a irredutibilidade das entidades concernidas não aparece apenas na forma lógica diferente das transcrições; ela é assinalada pelo fato de que os cálculos dos quais as fórmulas dependem têm propriedades metalógicas bem diferentes: sabe-se que o cálculo dos predicados monádicos é decidível, enquanto que o cálculo das relações não o é.

Se a análise precedente é exata, não se nutrirá uma relação amorosa com imagens. E é exatamente o que se constata: o que há de mais atroz do que perceber que o sentimento que se tem é dedicado a uma imagem? Generalizando: seja qual for a fonte psicológica do esquecimento da relação e sua frequência, ela é primeiro de natureza lógica. Não se tirará uma relação interpessoal com o Outro de uma experiência do Próprio, vivida por este último. O verbo francês "vivre" (viver) é transitivo (assim como o alemão "erleben"). Mas não se deve abusar de fatos da gramática superficial. A frequência em nada contribui. Uma relação efetiva é uma realidade diferente da imagem que cada um se faz.

Evitar-se-á, por conseguinte, confundir a relação interlocutiva com a imagem que cada um, por seu lado, se faz do outro. Enquanto a relação não está estabelecida e efetivada, nos perdemos em conjecturas: quem sou eu para falar-lhe assim, quem é você para que eu lhe fale assim, quem pensa você que eu seja para que você me fale assim? Uma coisa é falar com um interlocutor real, outra é falar com a imagem que dele fabricamos, ou conforme a que imaginamos que alguém se fez de nós mesmos. Existe um erro categorial em confundi-las. Os linguistas, que adotam no plano meta-teórico o paradigma da comunicabilidade, estão mais preparados que os psicólogos a permanecerem fiéis ao fato relacional. Neste caso particular, eles estão dispostos a encontrar, na fala que se achar mais singular, a relação que nos põe um com o outro na conversa (l'entre-tien). Um tal procedimento é ainda mais exigente do que aquele, já meritório, que consiste em encontrar o discurso do outro no meu, ou, principalmente, o outro que seria constitutivo do eu.¹⁴

IV

Tendo sido levantada a objeção de princípio contra a realidade de relação interlocutiva, somos levados a adotar uma concepção menos restritiva da enunciação. Penso, com efeito, que se provocaria no estudo da "colocação em discurso" uma distorção considerável, se se definisse a enunciação como a atividade lingüística exercida por aquele que fala. O ponto de vista do filósofo afasta-se do do linguista. Este pode restringir seu objeto de estudo localizando as unidades que funcionem como índices da inscrição do sujeito falante no enunciado, limitando-se deliberadamente a descrever os pro

cedimentos lingüísticos (shifters, modalizadores, termos avaliativos, ...) pelos quais o locutor imprime sua marca ao enunciado, inscreve-se na mensagem e se situa com relação a ele. Tanto mais que é mais fácil interrogar um locutor sobre suas intenções do que colocar os enunciados frente à relação entre os interlocutores. O teórico não teria tendência a limitar a teoria em função do que ele sabe fazer¹⁵?

A questão do filósofo da linguagem é outra. Seu problema é formar um consenso sobre a forma a dar ao problema da comunicabilidade no discurso, se é que ele tem 'estrutura de diálogo'. A partir daí, ele não pode, sob o pretexto de circunscrever o mais visível, procurar o valor dominante entre os parâmetros e renunciar a ter em mira a totalidade do percurso comunicacional. A tarefa do filósofo é, ao contrário, fazer apreciações dos pressupostos da descrição corrente da enunciação em função do que ele julga ser a modalidade de existência e a consistência do subjetivo. Não se tem nenhuma razão de privilegiar os efeitos de sentido mais evidentes, de promovê-los à posição de parâmetro fundamental em relação ao qual se devem ordenar todos os empregos. Seremos, então, partidários de uma lingüística da enunciação ampla. Ampliada até incluir certos fatos enunciativos que refletem as relações que o locutor mantém com o alocutário, assim como as relações entre o enunciado e os elementos do quadro comunicacional. Eles também fazem parte da situação interlocutiva, isto é, das circunstâncias que determinam a "mise en discours".

Raros são os autores que deram importância suficiente ao dialogismo do discurso, que pressentiram efetivamente que ele causava um impacto sobre o mecanismo da significância. Eles geralmente reconheceram que a presença do alocutário é necessária para tornar significativa a enunciação do locutor. Alguns, como Benveniste, foram um pouco mais longe sustentando que não havia enunciação sem diálogo, nem diálogo fora de uma enunciação. Mas por isto o autor entendia antes de tudo que a enunciação acentua a relação discursiva ao parceiro, seja ele real ou imaginado, individual ou coletivo¹⁶. No entanto, o privilégio do locutor era largamente mantido na teoria da linguagem. Sob a pluma de Benveniste, com efeito, declarar que a enunciação possui uma 'estrutura de diálogo' significa pôr duas figuras em posição de parceiros, alternadamente fonte e destino da enunciação.

Na verdade, se o discurso é a única atualização da comunicação inter-individual, as instâncias enunciativas não devem estar apenas alternadamente presentes, elas devem se reportar uma à outra, ao pé da letra se entre-ter. O dialogismo do discurso implica em que os interlocutores (seria melhor dizer co-enunciadores) estejam presentemente em relação de mutualidade.

São conhecidos os primeiros esforços para descrever a junção dialógica que existe entre as instâncias enunciativas, através de imagens mais ou menos fortes. É bem verdade que estas imagens conservam, contra toda a simplificação, o limiar de uma intuição preciosa. Mas são também índice de uma dificuldade. Estas imagens, à condição de estarem certas, ter-se-ia que tentar convertê-las em conceitos.

Para respeitar o dialogismo no discurso, é preciso que sejam favoreci

das várias determinações. Enumerando-as: há primeiro o que defini sob o nome de plurivocidade ou de bivocidade. É um conceito resolutamente pragmático-semântico, ao contrário do de equivocidade¹⁷ ou ambigüidade semântica. Na medida em que é dirigida, uma fala inclui já o outro no prodígio da elaboração do sentido. Em primeira aproximação, é preciso imaginar que duas réplicas de um diálogo se superpõem ao invés de se sucederem nos dois locutores diferentes, se confundem em um só enunciado de um só locutor. Este enunciado tomaria um caráter bivocal. Bem entendido, o bivocal não é o bilingüe, como o plurívoco não é o pluri-lingüismo. Este conceito, emprestado à linguagem musical, assim como a metáfora bakhtiniana de polifonia, diferencia-se substancialmente desta.

Minha concepção de bivocidade ou da bi-vocalidade foge decididamente da de Mikhail Bakhtine. Primeiro, por uma razão de princípio. Bakhtine parte de uma descrição ingênua, quase fenomenológica, do ato através do qual a consciência constitui seu objeto, a fim de constituir uma eidética das ciências humanas. Com uma tal pressuposição, a bivocalidade bakhtiniana remete a duas vozes, dois sentidos, duas expressões dialogicamente correlatas do exterior:

"Dialogicamente: ponto de vista contra ponto de vista, acento contra acento, apreciação contra apreciação."¹⁹

Disso resulta que o discurso bivocal é declarado ambíguo²⁰, como se a plurivocidade fosse uma espécie de equivocidade. Além disso, Bakhtine fala de voz dominante e de voz dominada, como se a voz e a palavra de outrem pudessem comportar em quanto tais uma realidade lingüística autônoma.

Essas expressões se prestam a confusão. A meu ver, são o resgate de premissas egológicas. Não se deveria partir do ato de uma consciência objetivante, mas, pelo menos, da participação na linguagem dos agentes da comunicação. Ou melhor, de uma relação interlocutiva primeira. A plurivocidade designa, decerto, a pluralidade de instâncias enunciativas, mas só toma uma dimensão dialógica se estas instâncias estiverem:

1. em relação atual;
2. estabelecidas através da própria relação que mantêm;
3. e, por conseguinte, distintas dos interlocutores concretos.

É nessa medida que as instâncias enunciativas dividem (em maior ou menor grau de igualdade) a iniciativa do sentido.

Daí resulta que a plurivocidade ou a bivocidade se aplica a uma entidade teórica mais do que a uma entidade isolável. A voz, a partir do momento em que é dirigida autenticamente, só existe em estado de combinação. A própria voz, tanto quanto a voz do outro, é uma reconstrução a partir de sua combinação, único dado disponível de início. São componentes integrados, cada qual contribuindo para compor esta

realidade relacional e transacional e que se chama enunciado, por pouco que seja proferido em situação de comunicação. No limite, cada palavra resulta não mais da escolha do locutor, mas de uma "co-orientação" (co-axation) sutil: pronunciada por um, tal co-mo poderá ser aceita, se não consentida pelo outro. Este processo é largamente inconsciente, na medida em que se instaura sem que se esteja obrigado a comunicar expressamente a respeito das regras lingüísticas que estipulam como o outro deve codificar suas mensagens se ele quer que eu as receba. É muito espontaneamente que a mensagem, sendo dirigida com seu sentido para o outro, é de alguma maneira pelo outro assim como por si mesma. É um produto interacional, melhor dizendo, é o produto de uma relação interlocutiva. Assim, a própria voz é uma componente que existe em estado livre apenas excepcionalmente. Pode-se surpreendê-la "in petto" no que erradamente se chama de monólogo interior, que é na verdade a comunicação de si consigo próprio.

Além disso, Bakhtine está muito longe de tirar da plurivocidade as condições que se impõem. É preciso radicalizar seu programa e fazer da bivocidade ou da plurivocidade um conceito, e, por conseguinte, integrá-la a toda uma rede de conceitos conexos que a tornam uma plurivocidade regulada. A ambição do filósofo é fazer sistema. Em vez de deixar as coisas em seu estado, como o recomendava Wittgenstein, ele tenta de bom grado, por sua conta e risco, delimitar um campo a fim de estabelecer uma rede nocional completa.

Em primeiro lugar, é preciso mencionar a dupla contextualização que intervém à medida que os enunciadores proferem sua mensagem. Por seu próprio funcionamento no espaço interlocutivo, isto é, ao longo do processo de "pôr em comum" (mise en commun) pelos enunciadores, uma seqüência discursiva vê modificar o conjunto de seus traços lingüísticos. Cada falante altera para todos os outros as significações, até em sua própria boca. Quaisquer que sejam seus esforços de compreensão mútua, os enunciadores emitem e recebem os ditos, dando-lhes sentido relativamente a um contexto que lhes é, em parte, próprio. Assim, a fala separa o que havia começado a unir.

Vale dizer que a aceitabilidade da mensagem varia dinamicamente com o contexto²¹. É por seu valor interlocutivo que a mensagem contrai uma estrutura de diálogo. Vai daí, imediatamente, que a codificação da menor mensagem se opera em contexto, um contexto que é relativo à dupla situação dos protagonistas da comunicação. A linguagem natural é bem mais do que um código de signos fixados que o locutor teria apenas de colocar em posição de frase, para delas fazer os termos singulares ou os termos gerais de seus enunciados. Poucos pares de interlocutores compartilham de imediato o mesmo vocabulário. Isto é particularmente nítido para as expressões referenciais como o "candidato do presidente". Se se quer explicar como a comunicação natural é possível, não bastará, para especificar a competência, fornecer uma lista de signos e de regras de construção numa linguagem L. Por certo, existem de início estruturas sintáticas ou semânticas comuns a um par de locutores num dado contexto, ao menos por algum tempo. Mas sempre ocorre um momento, um domínio em que os interlocutores de uma mesma linguagem diferem de fato. Dir-se-á que cumpre à competência lingüís

tica do locutor de uma linguagem L fazer certas conjecturas sobre as pressuposições que determinam seu contexto próprio assim como sobre o que as palavras querem dizer para seu parceiro. Exatamente como cabe à competência do intérprete fazer conjecturas semelhantes a respeito da significação das palavras para o locutor.

Se esses fenômenos de competência propriamente pragmática²² e, acrescentarei, de dialogização intensa quanto ao conteúdo real das mensagens, passaram grandemente em silêncio, é que a linguagem considerada pelos linguistas (e pelos informáticos) é, por decisão epistemológica, uma linguagem pura, cuja teoria paradoxalmente é em grande parte elaborada ao largo do conceito de comunicação. Se é verdade que a comunicação opera a "mise en commun", através de atos de linguagem, dos enunciados em que cada um dá dialogicamente a entender os estados de suas crenças, fica claro que a análise de uma tal operação não se reduz à análise de:

"E produz x como signo de α "

"R recebe x como signo de α "

mas sim do que se segue, que tem uma estrutura mais complexa:

" e_1 e e_2 colaboram através de atos de linguagem e confrontação epistêmica para produzir x como signo de β "

No plano do léxico utilizado, isso coloca um problema de codificação múltipla. Nada mais impressionante do que os fenômenos de "dupla fidelidade". Um ato de fala é submetido ao contexto, mas também ao código parcialmente próprio a cada um dos parceiros, individuando-se assim a mensagem. Ela adquire inclusive uma dupla individuação, já que cada interlocutor inclina o poder-dizer da linguagem, altera os valores desta moeda fiduciária, atormenta o vocabulário fixado, levando em conta, é verdade, o que é aceitável para o outro. Ao contrário da poesia, mas de modo igualmente decisivo, o simples diálogo reúne esta contradição nos seguintes termos: fazer dizer através da língua comum (que, por definição, é social) o que é perfeitamente singular, a saber, a experiência ao mesmo tempo relacional e duplamente individuada de um par de enunciados. Assim, como a poesia, um verdadeiro diálogo é continuamente inventado.

Assinale-se ainda o estado inicial de bi-codificação em que se acham certas unidades de sentido, devido a que seu campo semântico e às vezes até mesmo seu núcleo virtual não é o mesmo para cada protagonista da comunicação. A situação interacional em que se acha a comunicação tem uma incidência sobre todos os fatores Jakobsonianos da mensagem.

A língua em si mesma é tão somente um poder dizer que se pode reinventar num querer dizer que a atualiza²³. Apenas o querer dizer não deve ser reportado direta e unicamente a um eu possuidor de seu discurso, capaz de apropriar-se sozinho do inventário das formas da língua. No momento em que a linguagem entra no campo comunicacional, ela se volta para instâncias de discurso caracterizadas por um conjunto

de referências internas cuja chave é eu/tu.

A exatidão exigiria também que se levasse em conta a relação entre os enunciados e seus contextos próprios, assim como a interação entre os locutores. Se enunciações se sucedem, não é como enunciados monológicos isolados, reportados a pesoas diferentes, que se substituiriam alternadamente na função do locutor. Em cada enunciação deve convergir pelo menos uma outra enunciação para que ela tome valor interlocutivo, valor de uso.

Mas se a bi-codificação parcial, a bi-contextualização, a bi-vocalidade constituem o estado inicial de um discurso, este sõ é mutuamente inteligível se ese estado dinâmico for ultrapassado. Existe aí um fenômeno amplamente evolutivo, às vezes convergente, ã medida que se desenvolve a comunicação. Vamos inicialmente aprender a reconhecê-lo.

V

O que é evidente quase sempre é difícil de ser notado. A virtude dos exemplos está em dar assistência à atenção. Soljenitsin nos oferece um, suntuoso, em 14 de Agosto.

Vorotyntsev é um corone! do estado-maior que deseja retomar em suas mãos uma pequena sobra de tropas exauridas. Acabam de sofrer um ataque terrivelmente assassino. Ele lhes examina os rostos. Que poderia dizer? Sente toda a fragilidade de um argumento peremptório, usurpado. Sim, quarenta e oito horas após terem sido arrançados dos braços da morte, o que dizer para novamente enviá-los à morte?

"Em todo caso, estava fora de cogitação falar-lhes de honra, uma coisa de senhores, que não compreenderiam. Chamá-los ao sacrifício de suas vidas em nome do "Tzar seu pai"? Isto eles compreenderiam, marchariam pelo Tzar em geral, sem nome, sem rosto, eterno. Mas para Vorotyntsev, esse Tzar eterno e anônimo não existia. E o atual, ele o desprezava, e dele se envergonhava.

Observamos que todas estas palavras entram na fala que o locutor dirige a si próprio. Dizem respeito explicitamente a uma comunicação de si consigo mesmo, prolegômenos à comunicação com outrem. A palavra "honra" que Vorotyntsev pronuncia na quele instante para si mesmo com sua voz própria, poderá aparecer na fala endereçada a sua audiência no contexto que é o dela? Vorotyntsev experimenta a própria voz, e algo dentro dele (alguém) a julga inadequada. Ela não será, então, retida, não será dita e ouvida. A continuação nos mostrará se o discurso poderá conservar alguma coisa dela. Em todo caso, manter um discurso nessas condições é, por uma necessidade imediata, incontornável, bi-vocalizar. Esta procura é expressa aqui. Dizer que toda bi-vocalização se presta à transação e que esta última pode ser consciente é, e somente é,

dizer que dá lugar a conversações metacomunicacionais de si para si sobre as palavras utilizáveis e também sobre a própria relação interlocutiva.

"Deus, então? O nome de Deus, sim, isso os tocava. Mas para ele, teria sido uma blasfêmia e uma hipocrisia insuportáveis invocar nesse momento o nome de Deus. Restava apenas uma coisa, a Rússia, a pátria. E, para Vorotyntsev, aquela era a verdade, assim compreendia as coisas. Porém, o que também compreendia era que eles pouco a compreenderiam; que a pátria deles não se estendia até muito mais longe de seu próprio cantão. Eis porque sua voz trairia uma falta de segurança (...). Assim, portanto, a palavra "pátria" não lhe servia."

Pode-se medir a força do contexto comum: a efetuação do sentido segue e não precede a compreensão da relação originária das palavras com os interlocutores e com a situação interlocutiva determinada que eles vivem nesse momento mesmo. Naquele momento, Vorotyntsev não imagina que poderia ter outra comunicação além de uma comunicação direta.

Fica patente, no exemplo acima, que o plurívoco não é o equívoco. Este geralmente é concebido como um fenômeno semântico²⁴, a saber, a sedimentação de um sentido múltiplo no interior de uma mesma unidade de código. Ao contrário da equivocidade ou ambigüidade semântica, o que entendo por plurivocidade é um fenômeno essencialmente pragmático-semântico. É pragmático por sua fonte - a pluralidade das instâncias enunciativas - mesmo sendo semântico por seus efeitos. A pluralidade abre um espaço de jogo na fala. Uma fala bi-vocal não é a língua bifurcada ou anfeteroglossia do sofista, que Sócrates encontra disposto a sustentar igualmente o pró e o contra. É a fala cujas palavras utilizadas são, pelo menos, duas vezes motivadas.

Outro exemplo: os Freis Pregadores, dominicanos e franciscanos que, no Século XIV adaptam a visão teológica do mundo às atitudes de piedade do povo leigo, estão conscientemente em situação de plurivocidade. Sua fala será bem acolhida se estiver em conformidade com a natureza da fala. Aquém da racionalização do dogma, os Freis dão mais lugar às efusões do coração que à razão. Para isso, elegem uma língua que não é mais a dos doutores, mas de alguma forma, uma linguagem mista. Ela concede às necessidades da pedagogia cristã a maneira de sentir e pensar correntes na língua dos humildes. Assim, a predicação mendicante vai romper com a retórica tradicional das homílias e a sofisticação silogística, para praticar uma arte eficaz de fala singular, que não é outra, em última análise, senão uma arte de fala bi-vocal: fala aos pobres com as próprias palavras destes últimos, ou ainda escolhe palavras por assim dizer bi-vocalizáveis que fazem um sentido não menos determinado para seu auditório do que o fazem para os predicadores.

O plurívoco tem por efeito próprio uma determinação do sentido em função de dois contextos, senão de dois códigos em parte diferentes. Um mesmo símbolo não se acha somente atualizado por dois intérpretes, é preciso notar além disso que a mes

ma unidade lexical recebe seu sentido por compromisso entre as atualizações de significações virtuais que derivam de duas codificações parcialmente diferentes. Não se trata mais, portanto, de reduzir através dos limites do contexto a ambigüidade de uma palavra ou frase. Ao contrário, inserindo uma palavra num contexto interlocutivo, trata-se de lhe permitir por assim dizer vibrar, contrair um valor semântico induzido por duas ou várias instâncias enunciativas. Em situação inter-discursiva, a palavra real, pronunciada, é uma realidade transacional, exatamente como o enunciado intercambiado é uma realidade de compromisso entre os enunciadores. Para descobrir a palavra ou a voz própria de alguém, seria preciso atingi-la como uma componente inferida, por subtração da expectativa de outrem que o locutor havia antecipado para considerá-la em sua proferição.

Sem dúvida, cabe à competência pragmática dos agentes do discurso engendrar os fragmentos linguísticos de tal modo que os fenômenos que definimos acima - bivicidade, dupla contextualização, bi-codificação - sejam, ao menos parcialmente, convergentes. O que quer isso dizer?

O consenso pragmático que se edifica progressivamente durante a troca de fala é apenas o limite ideal desses fenômenos ligados. O momento, por assim dizer, em que as vozes se fundem, em que o acordo sobre as referências e um entendimento sobre o sentido comum das expressões intervêm ao termo da comunicação. Realizando pouco a pouco este consenso (a parte subjecti) um idioleto se constitui (a parte linguae) por integração ou envolvimento das acepções particulares. Nesse caso, os interlocutores chegam a dar um valor contextual que lhes é específico e comum ao núcleo semiótico público de certas palavras da linguagem.

Insistamos, pois, em dois pontos:

- 1) tomadas no processo de comunicação, as atividades de significar e compreender são indissociáveis. Se o locutor tem a iniciativa temporal, ele compartilha de fato com o ouvinte a iniciativa semântica;
- 2) estas atividades dizem respeito ao discernimento dos contextos pertinentes para que uma frase se torne aceitável.

Emitir ou interpretar uma frase de uma linguagem L não é apenas dominar as frases de L, é encontrar os contextos que permitem efetuar o sentido de uma se quência semiótica, quer se trate graças a ela de significar para o emissor, quer de levantar sua ambigüidade para o intérprete.

Com muita razão, Wittgenstein salientara que existe uma distância entre a instrução e a execução da regra: obedecer a uma regra de linguagem é um processo criador que implica uma pluralidade de utilizadores. Encontra-se essa criatividade e essa distância a ser preenchida pelo ato de compreensão, tanto naquele que emite uma frase aceitável quanto naquele que a compreende. Em termos linguísticos, é resta belexer, graças à orientação para um contexto comum, o valor de mediação intersubjetiva próprio aos signos.

O discernimento dos contextos pertinentes supõe da parte do intérprete que preste atenção à dupla contextualização da qual procede a frase trocada, em consideração ao locutor que a emite e em consideração ao ouvinte que a recebe.

A descrever mais corretamente as coisas, nenhum privilégio sobre o emprego especificado das palavras, nenhum acordo sobre os pressupostos numa conversação real, não é adquirido no limiar da comunicação. Seria um erro dar os contextos como estáveis e pré-dados antes de descrever o uso da língua. Além disso, forja-se pouco a pouco um código comum, a menos que a conversação não chegue a se atar, isto é, salvo incompreensão persistente. O fato de se forjar uma língua comum não é a elaboração segunda de um instrumento subordinado com fins de compreensão. Ele coincide com a operação de se compreender.

A partir daí, a uniformidade do emprego, a existência de um contexto e de um código únicos não são os dados que uma teoria da linguagem pode pressupor. O que é dado são contextos disjuntos, códigos por um lado diversos, ou por um lado comuns aos interlocutores por menos que compartilhem as pressuposições ou as atitudes proposicionais. Só existe contexto ou código especificados que se tornem pouco a pouco comuns, à medida que a conversa se desenvolve. A compreensão é uma restrição do sentido. Ora, exigir que a frase emitida tenha uma significação que existe em função de sua compreensão equivale a exigir que a frase seja emitida pelo locutor de maneira que este último se coloque com a seqüência semiótica na mesma relação de compreensão que o ouvinte. Vale dizer que a prática interdiscursiva real torna a distinção mesma do locutor e do ouvinte marginal. Cada um deve inserir o discurso proferido pelo outro no contexto e codificação presumidos de sua proferição. E, por outro lado, cada um deve proferir seu discurso no contexto e segundo a codificação presumidos de sua escuta pelo outro.

VI

Eis a contra-prova: que uma ou outra inserção esteja ausente, e então ter-se-á as variedades do mal-entendido. Não é impossível reconstruir este conceito em função do princípio dialógico. É a inaptidão ao duplo ouvir. Vejo nele duas formas, das quais a segunda corresponde à denominação usual de "mal-entendido".

Em primeiro lugar, pode acontecer que seja o discurso proferido que antecede ao discurso ouvido. O locutor ouve seus ditos só com seus ouvidos. Nisto ele é peremptório, ou melhor, por assim dizer, preemptório: ele deixa de ouvir também com a orelha do outro. Tudo se passa como se o locutor não quisesse realmente ser ouvido.

Variante: o locutor prejudga a escuta da mensagem. Ele assimila seu interlocutor atual a algum parceiro anterior com o qual adquiriu certos hábitos comunicacionais. Na medida em que esse processo de transferência não é vivenciado de modo "consciente", encontramos aqui o meio de reformular um conceito freudiano de maneira

decididamente pragmática: o locutor supõe que seus ditos serão ouvidos por seu parceiro pelos ouvidos de um alocutário ausente, fictício ou passado.

Em segundo lugar, pode ocorrer o contrário: seja o discurso ouvido que, tomando a desforra, anexa a si o discurso proferido. O alocutário postula que as palavras proferidas pelo locutor devem ser interpretadas como ele as interpretaria ele próprio se as tivesse proferido. Postula, em suma, que o locutor emitiu sua mensagem num contexto, e segundo uma codificação idêntica à sua. Desta vez, o alocutário "projeta" sobre o locutor. Observemos que: 1) pode ser o mesmo indivíduo que transfere enquanto locutor ou que projeta como alocutário; 2) a projeção é um processo inverso da transferência, vizinha do mal-entendido no sentido corrente. É a forma mais marcada: nem recusa de escutar, nem incapacidade de ouvir, mas enfraquecimento sempre inconsciente da competência comunicativa, sob a espécie de uma inaptidão a se tomar o ouvido do outro para ouvir o discurso de seu parceiro tal como este o profere e o ouve ele próprio.

Mais do que um equívoco (méprise), assistimos aqui a uma retomada (reprise) pela qual se insere o discurso proferido ou ouvido num contexto que não é mais o seu. Há subversão ou absorção, pela minha escuta, da proferição do outro. O mal-entendido é, portanto, muito bem designado: você me escutou (fr. 'entendu') mal; a prova é sua réplica incongruente. Uma resposta basta para explicá-lo. O discurso ouvido distancia-se do discurso proferido, até consagrar a prioridade do primeiro sobre o segundo.

Divergência, defasagem, o quê, ao certo? Tanto a proferição como a escuta têm por efeito que o outro se ache desqualificado, literalmente que ele não tenha lugar. Qualquer que seja sua forma, o mal-entendido é expeditivo, por precipitação e prevenção propriamente pragmáticas. Nota-se isso no amor-paixão, este sentimento veemente. Não por uma escuta defeituosa ou irônica, como se acreditou comumente, mas por uma espécie de revanche unilateral, tanto da escuta sobre a proferição, como ao contrário, da proferição sobre a escuta. Nos dois casos, assistimos a um fenômeno de apropriação abusiva do efeito de sentido. O locutor é, então, como o filho caçula da Escritura que reclama sua parte e exige a divisão de um bem que seria sem dúvida mais justo e suave possuir em comum.

Nem toda fala é comunicativa, mas ela não realiza sua natureza plena e o discurso não é completo a não ser que a fala seja comunicativa. Como dar conta da propriedade de convergência dialógica da qual é tributária? Não é mais suficiente dizer como Marleau-Ponty

"Na medida em que compreendo, não sei mais se sou eu quem fala ou quem escuta".

Pois, apesar do meu esforço para ouvir o enunciado de meu interlocutor contribuindo para lhe dar sentido, não o ouço forçosamente, por minha conta, com o mesmo ouvido que ele. Um processo engaja-se em que a compreensão é suspensa. Assim, reservaremos o

termo "compreensão" para designar o resultado feliz deste processo.

Que se pode dizer a respeito? Essencialmente, que é um processo que, no melhor dos casos, é convergente. Mesmo se cada um ouve sua voz com sua garganta e a voz do outro com seus ouvidos, ele é obrigado a se dividir numa dupla escuta. Só que a medida em que prossegue o diálogo (entretien), ele se esforça ao mesmo tempo por reduzir a distância, sempre visando a um estado de conciliação. Se se descrever este processo no plano dialógico, percebe-se que não há compreensão sem dualidade superada, e de início sem que esta dualidade seja considerada por ela mesma. Sem o quê, tem-se todas as variedades da precipitação ou da prevenção monológicas.

Prossigamos então a descrição. A escuta é uma operação tão dialógica quanto a proferição, se não mais. Na medida em que cada um está dividido por uma dupla escuta, não é o duplo entender da mensagem que corresponde à bi-voicidade, quanto à maneira pela qual a mensagem é recebida. O fenômeno não está no mesmo plano que o precedente. Cada escuta é, por assim dizer, duplamente des-possuída. Trata-se de um fenômeno de expoente mais elevado, de ordem quatro. Não há compreensão das palavras postas em posição de frase trocada sem o duplo circuito da comunicação consigo e da comunicação com o outro. Assim, nunca é certo, quando ouço meu enunciado com o ouvido do outro, que minha escuta, qualquer que seja meu esforço, coincida com a dele. E é porque este fenômeno é de ordem mais elevada que ele pode ser o verdadeiro motor da convergência, tornando inteligível a compreensão mútua dos enunciadores, como entendimento bilateral.²⁵

O que caracteriza uma via, é o ponto no qual ela termina, o ponto que lhe dá sua direção geral, qualquer que seja a irregularidade do percurso. Aqui, os enunciadores se esforçam por ouvir e responder nos termos do que deve ser realizado pela relação mútua. Ao longo de sua conversa, um processo de co-referenciação se desenrola, que tenta chegar a termo construindo pouco a pouco um contexto unificado. É a própria interação lingüística, e a compreensão mútua que ela torna possível, que tenta engendrar uma contextualização admitida conjuntamente. A referência comum ao real supõe, de passagem, uma harmonização pelos interlocutores das significações que eles atualizam. O sucesso da comunicação repousa na concordância das significações produzidas e recebidas, na co-referência que um conteúdo proposicional unificado autoriza.

Um entendimento totalmente unilateral chegaria perto do mal-entendido²⁶. Voluntário, ele tocaria à contradição. É o que acontece quando cada um se limita a reconhecer os contextos que convêm aos enunciados que profere. Em compensação, há entendimento bilateral, isto é, compreensão propriamente dita de um pelo outro, quando cada um é capaz de produzir e de reconhecer o contexto interlocutivo comum onde podem ser gerados os fragmentos lingüísticos utilizados na comunicação. No intermédio, cada interlocutor tenta retificar sua contextualização própria em função do que ele chega a antecipar da escuta do outro, sempre reatualizando por sua conta as significações virtuais colhidas no código. O locutor reconstrói seu enunciado por assim dizer em

território estrangeiro, no fundo aperceptivo de seu interlocutor. Enquanto estiver em relação, o enunciador não pode significar sem (começar a) compreender, no que há um verdadeiro dinamismo da compreensão, uma aptidão para interpretar os contextos ou, se preferirmos, para reconhecer os indivíduos, os estados de coisas, ou os eventos que constituem o contexto apropriado para justificar a aceitação ou rejeição das mensagens.

A direção do esforço dos interlocutores não é duvidosa. A compreensão significa vencer a defasagem que existe sempre de fato entre a escuta e a proferição. E por isso, significa também interpretar os enunciados a partir do contexto interlocutivo unitário que cada um não pára de projetar além da interpretação unilateral do contexto próprio. Este compromisso parece impossível, e, no entanto, é experimentado sem interrupção. A defasagem que persiste entre a escuta e a proferição é a fonte de uma incompreensão marginal. Mesmo se dizemos a mesma coisa, notava maliciosamente Gaston Bachelard, o que você diz é sempre um pouco irracional porque, em grande parte, estou na situação de recebê-lo enquanto que o que digo é sempre um pouco racional (porque estou na situação de o produzir).

O lema metodológico está em linha direta com o desenvolvimento recente da lingüística. Após ter estudado a mensagem em si, ela se tornou a ciência do contexto quando notou que o contexto desta mensagem não podia ser deixado de lado. Nenhum texto dado a compreender pode se reduzir a uma interferência de mensagens ou enunciados: estes estão em contexto. No entanto, deve ser lembrado que fazem parte do contexto o conjunto das pressuposições dos interlocutores que modificam progressivamente a escuta do discurso, e finalmente sua textura. Daí a necessidade de uma nova lingüística cujo objeto não seja nem a mensagem, nem o contexto, nem mesmo a enunciação, mas a interlocução. Na medida em que os enunciadores estão em interação verbal, elucidam constantemente o sentido de seus enunciados respectivos, à luz da reação esperada do outro a seu dizer tal como ele o ouviu ele próprio. Aqui, duas observações:

- 1) Os fatos descritos são característicos da compreensão comunicativa no interior de uma dada comunidade falante. A meu ver, são bastante importantes para que toda teoria tenha que deles dar conta.
- 2) Vê-se que é impossível reconstruir a teoria da compreensão sobre uma base estritamente semântica; a fortiori, que é necessário abandonar todo modelo visual de compreensão. O conceito da visão mental morreu. Uma teoria da linguagem supõe uma competência (que é preciso definir como pragmática) de reconhecer os contextos apropriados às expressões lingüísticas utilizadas. A teoria dos atos de fala, mesmo re maneja para levar em conta a interação comunicativa, não é bastante para esclarecer o processo pelo qual a propriedade de convergência advém ao fragmento lingüístico. Uma das abstrações metodológicas mais discutíveis da filosofia analítica anglo-saxã é a de ter colocado entre parêntesis a dimensão histórica da significação, a historicidade da compreensão.

Verifica-se que é necessário tempo para se ouvir, e, finalmente, compreender. Experiência familiar: existem resistências à compreensão. Elas obrigam a um trajeto discursivo, a um percurso, senão um desvio, no que consiste o diálogo. Talvez porque toda comunicação efetiva inclui um elemento conflitual, o confronto entre o que se convencionou chamar de interesses e desejos, é que ela reclama um uso retórico da linguagem. Mas a teoria lingüística não deveria renunciar a dar conta disso. Se pre firo falar de "dialógica" a falar de "dialética" da compreensão, é que a historicidade de da compreensão é real; não se trata de simples atraso ou prazo, como se verifica na dialética²⁷. Conviria propor uma estrutura pragmática para explicar a compreensão mútua dos enunciadores, como entendimento bilateral²⁸.

VII

Daqui por diante, estamos liberados da hipoteca solipsista que estipulava que toda comunicação se instala entre sujeitos falantes providos de um direito à iniciativa semântica, capazes de uma estratégia de auto-asserção, movidos por projetos particulares. Assim concebida, a comunicação bem poderia tomar uma forma dialogada. Repousava, de fato, numa auto-compreensão prévia e independente. Mesmo em suas formas mais nobres, reduzia-se a uma tentativa de manipulação instrumental mútua. Esta velhíssima pressuposição solipsista, tácita e tenaz na filosofia tradicional, era notadamente contradita por tudo o que sabíamos da infância, já que a criança só consegue compreender a si mesma e determinar seus objetivos adquirindo a linguagem por contato com a mãe e o pai, isto é, identificando-se a um papel e a uma lugar na interação comunicativa.

Considerando-se a comunicação efetiva, convém fazer a distinção entre o diálogo e a simples forma dialogada, foram retórica ou estilística, estranha a seu conteúdo de sentido. Para caracterizá-lo, é preciso apelar para a noção de dialogismo e para os fenômenos já definidos de plurivocidade, etc.

Se se designa pelo termo "dialógico" a distribuição efetiva da enunciação em duas instâncias enunciativas existentes de maneira atual na relação interlocutiva, este tem efeitos dinâmicos de interação verbal e de transação semântica. O dialogismo pode estar presente no discurso sem que se esteja tratando propriamente de um diálogo. Deve mesmo estar presente de maneira constitutiva para que haja discurso. Somente este caráter manifesta graus segundo a presença da propriedade de convergência. É por isso que certos traços como a bivocidade podem ser reconhecidos num discurso sem que esse constitua propriamente um diálogo.

Uma condição necessária para que a bivocidade seja dialógica é a de ser convergente. É necessário que duas vozes interfiram segundo uma relação de reciprocidade. No outro extremo, tem-se o caso de certos delírios: eles nos oferecem a contrário monologias bi-vocais ou plurivocais sem nenhuma dialogicidade.²⁹

Certas práticas literárias vão no mesmo sentido. Assim, a paródia na

qual o locutor ou o autor se servem das palavras mesmas de outrem para exprimir sua própria idéia. Paródia não é diálogo. Assim também ocorre com o discurso polêmico, que comporta, entretanto, uma certa bivocidade: as palavras do outro não são reproduzidas com uma nova interpretação; no entanto, o discurso do autor as leva em conta e de certa forma a elas se dirige. Cada palavra, cada frase são construídas de maneira a possuir além de sua significação óbvia um efeito polêmico sobre uma palavra ou frase de alguém. A refutação tanto quanto o alvo referencial da frase do autor trabalham o semantismo. A palavra ou frase do outro são rejeitadas. E a segunda voz que se instala assim no discurso ouvido agride de certa forma seu primeiro enunciador.

O caso do discurso indireto livre é mais fácil de analisar. Manifesta uma certa colisão da enunciação reportada com a enunciação proferida pelo locutor, mas, note-se, sem interação verbal real. A enunciação reportada é integrada ao discurso do narrador por elipse de todo procedimento de introdução. Ela conserva sua sintaxe e seu vocabulário, colocando-se, através da pessoa e do tempo, de acordo com o discurso que a reporta. Assim, ouve-se uma voz que fala no interior de uma outra, menos citada do que arremedada.³⁰ Igualmente no discurso reportado, e.g.:

(i) X disse que estava chovendo.

Suponhamos que (i) seja dito por Y numa situação definida por suas coordenadas enunciativas, S_1 . E suponhamos que

(ii) está chovendo

foi dito por X na situação S_0 . Em (i), há transposição de um sentido determinado por um contexto S_0 a um segundo contexto S_1 . Transposição que é operada conjuntamente por Y e seu interlocutor Z, e de certa forma imposta à enunciação de X. Há um encavalamento sem convergência das duas enunciações.

Considere-se ainda a enunciação irônica. Orienta do exterior o discurso de outrem. Por uma interferência sutil, e uma extrema economia do procedimento, toma emprestado ao adversário a literalidade e quase a menção³¹ de seus enunciados, mas sem assumi-los, marcando assim o desacordo do enunciador. Tanta é a distanciação irônica que o narrador trata, graças a uma defasagem de contexto, de estilo e de tom, de tornar o enunciado do outro absurdo, odioso ou ridículo. O narrador finge-se de inocente, apenas repete o que o outro diz. Concorrência não é convergência. Ainda melhor, sua enunciação aumenta a divergência com a do outro, que aliás não é mais o destinatário.

Em todos esses casos, em níveis diversos, as palavras proferidas por outrem agem e orientam as palavras proferidas pelo locutor. São que, insistimos, é do exterior. O locutor toma de certa forma a palavra dócil e sem defesa contra outro para instalar o que acredita ser sua própria significação. O encontro das vozes é arbitrado unilateralmente pelo locutor, sem que esta apropriação seja compensada pelo ouvinte no momento em que ele retomaria por exemplo a palavra para comentá-la.

Ao contrário do diálogo autêntico, o dialogismo, tal como o definimos, é evidentemente mais marcado: as palavras proferidas pelo outro agem desta vez do interior, obrigando meu discurso a compor e a convergir com elas. A mensagem é então emitida segundo a escuta do outro, mas também segundo o que reconstituo da voz do outro enquanto calculo sua reação verbal. Uma tal mensagem não está somente presa a dois contextos e a duas codificações, ela assume sua tensão. É a sede de uma dialogização que se estende a todos os fenômenos discursivos.

Construindo o modelo ideal do diálogo referencial³², procurei penetrar o processo de convergência. Neste caso simples, ocorreu-me que a "mise en commun" do sentido e da referência terá resultado tanto mais positivo quanto mais os parceiros estiverem de acordo sobre uma questão inicial que abre sua conversa, e cujos pressupostos definem, com as proposições iniciais sustentadas pelos enunciadores, um quadro semântico mínimo no qual se desenrola a interação verbal. Excluídos da dúvida, esses pressupostos são como os eixos em torno dos quais giram as outras perguntas e dúvidas.

Na falta desses pressupostos comuns, que são outros tantos critérios favorecendo a unificação progressiva do código, fica claro que a comunicação efetiva está comprometida. Ela não poderia se estabelecer sem que uma discussão livre e expressa desses critérios fosse tentada.

Além disso, a "mise en commun" semântica supõe, para ser optimal, uma estratégia discursiva na qual os agentes tenham um objetivo comum. Certas regras pragmáticas devem garantir o sucesso da interação verbal. Antes que tudo, ela deve ser recíproca, isto é, proceder de uma relação interlocutiva. É evidente que uma ação fundada na reciprocidade só é possível entre interlocutores humanos, ou pelo menos é muito difícil de simular. Nessas condições, a interação verbal conta como interação comunicativa. Estabelecidas primitivamente no caso particular do diálogo referencial, tais condições são generalizáveis a toda comunicação efetiva.

Bem entendido, estão longe de serem sempre realizadas. Existem, sem dúvida, regimes de comunicação em que é por princípio que a norma de reciprocidade é violada. Resistências aparecem, tentando a manter disparates os códigos respectivos dos interlocutores. Acontece também de a dupla contextualização não ser nem claramente percebida nem forçosamente controlada.

Mesmo quando a codificação é relativamente uniforme, é preciso ver que no início de uma troca verbal, se as palavras forem presa desses contextos diferentes, a maior parte das referências dos termos singulares ou dos termos gerais permanece suspensa. Mas, na medida exata em que estão em diálogo, os parceiros são colocados ante a tarefa de construir os valores referenciais das palavras de seus enunciados, unificando o sistema de suas coordenadas enunciativas tanto quanto possível. A referência comum da mensagem só emerge eventualmente ao término de um processo de dupla referenciação, que às vezes não se resolve. De sorte que o consenso pragmático que está no horizonte da conversação (entretien) delinea o limite sempre problemático da plurivocidade inicial e dos fenômenos conexos: ele é local.

De qualquer forma, o locutor significa num contexto parcialmente pr^oprio que, modificando-se por confrontação com o de seu ouvinte, permanece distinto por algumas pressuposições. E, igualmente, esse contexto não é exatamente o que consegue discernir o parceiro no seu esforço para justificar a aceitabilidade da frase ou vida. Assim, o movimento de dupla contextualização pode interromper-se. É revelador que se diga justamente: "eu o compreendo" quando apenas ficticiamente se assume o contexto de seu interlocutor e que realmente fica-se ligado a seu próprio contexto. Eu o compreendo, mas compreenda você que não posso partilhar sua crença e seu julgamento. Retorna-se por um instante ao contexto do parceiro, como para admitir o pano de fundo do pressuposicional que pertencia à sua posição inicial, antes que o diálogo o tenha levado a transformá-la.

Por outro lado, a coincidência dos contextos tem ela mesma um limite: o consenso pragmático ao qual se chega é, no melhor dos casos, instável. Percebe-se que o protocolo de acordo pelo qual se encerra um diálogo sob a forma de uma frase em "nós" (nós pensamos que p) pode sempre ser questionado. O que equivale a dizer que a distinção do locutor e do alocutário, exatamente como as assimetrias discursivas, por marginais que sejam daqui por diante, devem ser honradas pela análise conversacional.

VIII

Segundo o grau de dialogismo que apresenta, a comunicação linguística é mais ou menos efetiva. Quando um regime de comunicação está em conformidade com as condições do dialogismo, ele toma um valor exemplar. A meu ver, é em relação a ele que é preciso restabelecer as assimetrias observáveis no discurso, que é conveniente situar as diferenças, as insuficiências e as distorções da comunicação precária. Em relação a ele deve-se construir o discurso manipulatório ou falso assim como todas as formas do mal-entendido, do engano e, em geral, da fala truncada.

É tão importante conceber dialogicamente os conceitos-chaves de uma pragmática integrada à semântica³³, que dei ao presente trabalho o sub-título "Sobre os fundamentos da abordagem pragmática". Sabe-se que esta ainda está mal fundamentada, pouco delimitada, requerendo arbitragens interdisciplinares entre linguistas, lógicos, semióticos, psicolinguistas, especialistas da comunicação, etc. A abordagem pragmática é ainda muito sensível ao debate meta-teórico. O filósofo exerce aqui sua força de proposição. Não basta substituir o paradigma da comunicabilidade ao paradigma da expressividade em teoria da linguagem, enquanto nos contentarmos com uma pragmática do enunciador, e mesmo dos interlocutores. Quis mostrar aqui o caráter central e fundamental da relação interlocutiva por um procedimento descritivo e lógico ao mesmo tempo. Sustento que precisamos de uma pragmática da relação interlocutiva e de seus efeitos de sentido: plurivocidade, movimentos de bi-contextualização e de bi-codificação, todos fenômenos suscetíveis de uma propriedade de convergência, como se vê no diálogo.

Enquanto a relação interlocutiva não estiver no centro da teoria, a pragmática não estará certa de sua linguagem.

NOTAS

- 1) J.C. Anscombe, "La parole de l'autre dans mon discours: mention, polyphonie, délocutivité". Encontro Internacional de Filosofia da Linguagem, Campinas, 10-14 de abril de 1981.
- 2) Contra o caráter de ferramenta ou instrumento ligado à língua, e a concepção expressivista da fala, é conhecida a crítica de E. Benveniste, Problèmes de Linguistique Générale, tome I, Paris, Gallimard, 1971, 258-259.
- 3) O linguista está aqui sob a influência - que aliás reconhece - de pressupostos husserlianos. Cf. E. Benveniste, "Le langage et l'expérience humaine", Diogène, nº 51, Gallimard 1965, p.3-13.
- 4) F. Jacques, Dialogiques I, Recherches logiques sur le dialogue, Paris, PUF, 1979, 2ª e 3ª investigações.
- 5) J.C. Anscombe et O. Ducrot, "L'argumentation dans la langue", Langages, nº 42, juin 1976, p. 5-27.
- 6) Consultar-se-á com muito proveito T. Fraser e A. Joly "Le système de la deixis, esquisse d'une théorie de l'expression en anglais", Modèles Linguistiques, I.2, 1979, p.125.
- 7) A primeira análise de Grice acha-se em "Utterer's meaning and intentions" Philosophical Review, avril 1969, p. 151.
- 8) S. Schiffer, Meaning. Oxford Univ. Press, 1972. cap. IV.
- 9) F. Jacques, L'espace logique de l'interlocution, Dialogiques II, Paris, PUF, a sair. Trata-se da continuação de minhas pesquisas lógicas sobre o diálogo e seu transcendental, a interlocução.
- 10) Cf. nosso Différence et subjectivité. Antropologie d'un point de vue relationnel. Paris, Aubier, 1982.
- 11) B. Russel. My Philosophical Development. Allen and Unwin, 1959.
- 12) B. Russel, Problèmes de Philosophie, 1912, trad. francesa Payot 1965, p. 110. Cf. também B. Russel "The philosophy of logical atomism", Mind, vol. 28 (1918), p.497: "Sustento que há fatos tais que X está na relação R com Y, e que tais fatos não são geralmente redutíveis ou inferíveis de um fato relativo a X sozinho ou a Y sozinho."

- 13) É o axioma 31.13 dos Principia Mathematica de Russel e Whitehead.
- 14) O encaixe ou contato estabelecido entre o discurso do eu e o discurso do outro é ainda uma maneira de evitar pensar a relação.
- 15) B.N. Grunig, "Pièges et illusions de la pragmatique linguistique". Modèles Linguistiques, Tome I, fasc. 2, 1979, p. 28.
- 16) E. Benveniste. Problème de Linguistique Générale II. Paris, Gallimard, 1974.
- 17) Cfe. nosso "Sur le sujet de l'enonciation, l'équivoque et le plurivoque" Revue Philosophique de la France et de l'Etranger, nº 4, 1978.
- 18) M. Bakhtine, Esthétique et théorie du roman, p. 12.
- 19) Ibid.
- 20) ibid, p. 147.
- 21) A filosofia analítica anglo-saxônica colocou entre parênteses a dimensão histórica da significação, a historicidade da compreensão. Foi um dos efeitos da sua luta legítima contra o psicologismo, mas também uma de suas abstrações metodológicas mais discutíveis. Já é tempo de lhes conceder seu lugar na teoria.
- 22) A palavra, se não a noção, foi introduzida por D. Hymes, On Communicative Competence, Philadelphia, University of Pensilvania Press, 1971. Introduzi minha própria noção em "As condições dialógicas da compreensão", Meaning and Understanding, J. Bouveresse et H. Parret (eds.), De Gruyter, Berlin New-York 1981, p. 381-383 . Veja-se também Lyons, Semantics, vol. II, Cambridge Univ. Press, 1977, p. 573 e seguintes.
- 23) Cf. nosso "Je veux dire" in Philosophica, nº 27, 1981, 1 p. 6-26.
- 24) Para tanto existem fenômenos puramente semânticos.
- 25) Daí o papel determinante da compreensão na teoria semântica. Neste ponto, cf. ainda nosso "Les conditions dialogiques de la compréhension".
- 26) T. Hobbes, Da Natureza Humana, p. 162.
- 27) Atualmente, nem o modelo dialético platônico, nem o modelo conceitual dos jogos de linguagem wittgensteiniano bastam para dar conta desse fenômeno. No meu entender, W. Stegmüller falha em integrar a historicidade na noção de jogos de linguagem. Cf. Hauptströmungen der Gegenwartsphilosophie, Stuttgart, 4a. ed., p. 448.
- 28) Sobre o papel determinante da compreensão na teoria semântica, cf. ainda nosso

"Les conditions dialogiques de la comprehension".

- 29) Agradeço ao Dr. A. Fernandez-Zofla por me ter mostrado alguns exemplos sob a forma de casos concretos. Ver a resenha in. L'Evolution psychiatrique, nº 3, 1981 que dedicou a nosso Dialogiques I.
- 30) Sobre o status questionis, cf. G. Strauch, "De quelques interprétations récentes du style indirect libre". In Recherches anglaises et américaines, VIII, 1974, p. 42 e seguintes. E J. Authier, "Paroles tenues à distance" in Matérialités Discursives, P.U.L., 1980, p. 127-142. E também "Les formes du discours rapporté", in DRLAV, 17, p. 1-88.
- 31) Dan Sperber e Deirdre Wilson, "Les ironies comme mentions". Poétiques, 36, nov. 1978, p. 395 e seguintes.
- 32) Cf. Dialogiques I, op. cit., p. 151 e seguintes.
- 33) Eu mesmo o fiz para os conceitos de co-referência ao mundo e de retro-referência às pessoas in Dialogiques I.